



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
JORNALISMO

**FASCISMO E SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO DE  
JANEIRO**

**HUGO RIVOLA CVIJAK GARCIA DE MATTOS**

Rio de Janeiro

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
JORNALISMO

**FASCISMO E SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO DE  
JANEIRO**

Monografia submetida à Banca de Graduação  
como requisito para obtenção do diploma de  
Comunicação Social – Jornalismo.

**HUGO RIVOLA CVIJAK GARCIA DE MATTOS**

**Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Junqueira**

Rio de Janeiro

2019

## FICHA CATALOGRÁFICA

DE MATTOS, Hugo Rivola Cvijak Garcia

Fascismo e Segurança Pública no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo),  
Escola de Comunicação – ECO –, Universidade Federal do Rio de  
Janeiro – UFRJ.

Orientadora: Maria Helena Junqueira

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**TERMO DE APROVAÇÃO**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Fascismo e Segurança pública no Rio de Janeiro** elaborada por Hugo Rivola Cvijak Garcia de Mattos

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia ...../...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Junqueira  
Doutora em Comunicação social pela Escola de Comunicação – UFRJ  
Departamento de Teoria da Comunicação – UFRJ

Profa. Dra. Ilana Strozenberg  
Doutora em Comunicação Social pela Escola de Comunicação – UFRJ  
Departamento de Teoria da Comunicação – UFRJ

Prof. Dr. Evandro Vieira Ouriques  
Doutor em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação – UFRJ  
Departamento de Expressão e Linguagens – UFRJ

Rio de Janeiro

2019

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus; à minha mãe por todo amor, carinho, por ter chegado até aqui e por ter me ensinado uma forma pura de amar; à meu pai pela ajuda nos momentos mais difíceis; à minha nonna por todo o cuidado que teve comigo; à minha irmã pela paciência e ajuda e a todos os amigos, do Casos de Família, GP11, da Igreja, do bar Carolice e morro do Cantagalo e aos antagonistas, amigos queridos que fiz nessa faculdade e que me ajudaram a viver momentos inesquecíveis que não achei que viveria.

DE MATTOS, Hugo Rivola Cvijak Garcia de Mattos. **Fascismo e Segurança Pública no Rio de Janeiro**. Orientadora: Maria Helena Junqueira. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo). Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2019.

## **RESUMO**

Este trabalho visa esclarecer quais seriam as características intrínsecas e atemporais da ideologia fascista. Como foco, a investigação procura analisar uma possível conexão entre os preceitos autoritários do fascismo e certas concepções e práticas relacionadas com a segurança pública no Rio de Janeiro. O fascismo ainda se faz presente? O que seriam comportamentos fascistas quando se trata de combate à criminalidade? Essas são as principais perguntas do estudo

**Palavras-chave:** fascismo; segurança pública; Rio de Janeiro; ideologia

# SUMÁRIO

## **1. Introdução**

## **2. Fascismo, Origens e Definições da Ideologia**

- 2.1. Etimologia do termo
- 2.2. Origens da ideologia
- 2.3. Surgimento do fascismo
- 2.4. Características intrínsecas ao fascismo
- 2.5. Fascismo e as massas

## **3. Fascismo e Segurança Pública no Rio de Janeiro**

- 3.1. Fascismo: termos e gatilhos
- 3.2. Tropa de Elite
- 3.3. O verdadeiro Capitão Nascimento
- 3.4. Fascismo e direitos básicos
- 3.5. Sobre a tortura e a eficácia de alguns métodos fascistas
- 3.6. Sobre execuções e extorsões

## **4. Breve história da Segurança Pública no Rio de Janeiro e alguns casos concretos**

- 4.1. Tentativas fracassadas
- 4.2. Sadismo: a polícia também é um reflexo da população
- 4.3. Apoio às execuções

## **5. Conclusão**

## **6. Referências Bibliográficas**

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende estabelecer quais seriam as características intrínsecas ao pensamento fascista e se elas de alguma maneira estariam presentes na esfera da Segurança Pública do Rio de Janeiro, tanto nos conceitos da população quanto nas práticas dos governantes e dos agentes de segurança. No atual momento político muito se fala sobre fascismo, seja para denunciar sua existência ou para negar sua relevância nos dias atuais, mas pouco se debate sobre o que realmente seria o pensamento fascista e como identificá-lo. Em um mundo cada vez mais polarizado politicamente é bom que se tenha claro quais são as atitudes que devem ser intoleráveis, independentemente da ideologia do indivíduo.

Ao longo deste estudo, quando as palavras forem do autor, o termo fascista não será utilizado (ou pelo menos bastante evitado) para designar indivíduos, se limitando a caracterizar atitudes e concepções. A razão disso é que atitudes autoritárias estão ao alcance de todos nós e dividir o mundo entre fascistas e não fascistas é se privar de uma autocrítica que pode ser essencial, afinal a criação de inimigos e formação de grupos fechados é uma das características do modo de agir fascista.

Recentemente isso ficou bem claro com o surgimento do debate sobre o espectro ideológico do nazismo, que alguns afirmam ser de esquerda. Ao se estudar o tema parece bastante claro que embora o pensamento nazista tenha algumas origens similares ao comunista, não se tinha na Alemanha a concepção de luta de classes marxista, a ambição pelo fim da propriedade privada nem outros traços do pensamento esquerdista. Existe ainda o argumento de que o pensamento nazista não seria nem de esquerda nem de direita, seria algo fora do alcance das duas ideologias. O estudo não visa esclarecer esses pontos, o que é interessante nessa lógica é que ambos os debatedores acusam a ideologia oposta das brutalidades cometidas na Alemanha de Hitler. Se reconhece um mal maior e se empurra este mal para a corrente ideológica oposta, como se tais atitudes não pudessem estar ao alcance de ambos os grupos. Pouco importa se o nazismo é de direita ou de esquerda, existiram pensamentos e regimes autoritários baseados nas duas ideologias e a barbárie está sempre ao alcance de quem não vigia a si mesmo e os seus. É com essas e outras provocações que esta monografia pretende dialogar.

O capítulo 2 trará análises sobre textos de Humberto Eco e de Theodor Adorno na tentativa de identificar melhor o que seria o pensamento fascista e qual a sua lógica, se é que ela existe. Partindo da premissa trabalhada por ECO de que os movimentos fascistas



não voltariam sob a mesma forma mas que o pensamento fascista continua enraizado em setores da sociedade, certos vícios da ideologia fascista serão trabalhados.

O capítulo 3 tratará das concepções sobre Segurança Pública e realidade do Rio de Janeiro. A área se mostra das mais produtivas para se identificar um método de estudar o fascismo pois o ser humano quando amedrontado pode se mostrar um ser bastante irracional. Além disso, é importante ter em mente que cada um tem suas próprias experiências em uma cidade tão diversa e que o pleito por medidas severas não significa necessariamente um pensamento fascista. O campo da segurança pública é onde mais se fala em fascismo e é importante entender quais seriam as atitudes e condutas realmente fascistas e quais aquelas que podemos não concordar, mas que são minimamente legítimas. Numa sociedade verdadeiramente democrática é necessário ser tolerante ao definir o intolerável.

No capítulo 4 será contada uma breve história sobre a segurança pública no Rio de Janeiro e serão trabalhados alguns casos que explicitam claramente o pensamento fascista e sua barbaridade.

Infelizmente, ao longo dos anos, certos setores da sociedade acusaram despropositadamente determinadas pessoas e seus conjuntos de ideias e atitudes de fascistas, quando na verdade os tais acusados tinham em suas condutas apenas uma forma divergente de se ver o mundo. Tal qual como no conto *Pedro e o Lobo*, quando o fascismo chegou uivando, ninguém mais lhes dava ouvidos.

O estudo visa estabelecer quais são as práticas fascistas no combate à criminalidade, sejam elas praticadas pela população ou pelos agentes de segurança.

## 2. FASCISMO: ORIGENS E DEFINIÇÕES DA IDEOLOGIA

Nos atuais debates sobre a política brasileira e mundial muito se tem falado sobre fascismo. Segundo alguns, a ideologia que viria a se tornar o movimento político que aterrorizou o mundo no início do século XX vem sendo revisitada, com novos contextos e velhas premissas. Outra interpretação é a de que as acusações sobre fascismo nos dias atuais são anacrônicas e os que mais acusam são na verdade os verdadeiros herdeiros de tal ideologia. Esse capítulo se baseia em algumas concepções que permeiam todas as investigações. A primeira é a de que a ideologia fascista nunca foi verdadeiramente derrotada. Com a vitória dos aliados e o fim da segunda guerra, os regimes fascista e nazista que dominaram boa parte da Europa foram esmagados, porém essa foi uma vitória militar e não um triunfo ideológico. Claro que para os fascistas que achavam que seu povo jamais poderia ser dominado tal revés foi um baque, mas no campo das ideias certas concepções fascistas podem ter resistido às investidas dos aliados. Se a URSS sucumbiu perante suas próprias falhas e o regime militar brasileiro se mostrou insustentável, com os regimes fascistas do início do século não ficou claro que tais estados eram inviáveis e sim que eram monstruosos e não conseguiriam cumprir seus objetivos de dominar o mundo. Isso leva a um questionamento: Certas premissas fascistas ainda devem ser derrotadas no campo filosófico?

Outro ponto importante é que ninguém está livre de ter atitudes ou pensamentos fascistas. O fascismo não foi um acidente histórico com início, meio e fim. Ao se falar sobre ele e não se ter consciência do que realmente se trata, corremos o risco de reproduzir certos aspectos de sua ideologia. O que choca nos estados fascistas não são só as barbaridades cometidas e legitimadas por uma massa idiotizada liderada por líderes facínoras, os regimes fascistas não inventaram a perseguição, o colonialismo ou a escravidão. O que também choca é que tal movimento tenha ocorrido no século XXI, numa sociedade ocidental pós iluminista e herdeira das culturas Grega, Judaica e Cristã.

Essas três características deveriam inviabilizar certos tipos de horrores, mas infelizmente não foi o que aconteceu. Devemos estar atentos para que certos valores não encontrem nunca mais terreno fértil para a sua disseminação e combater o intolerável em todas as esferas da nossa sociedade, caso contrário, certos absurdos podem sim voltar a ser praticados, e se achar completamente livre desses impulsos não é uma coisa sabia a se fazer.

## 2.1 Etimologia do Termo

O termo “fascismo” é derivado do latim, da palavra “fasces”, presente na expressão “fasces lictoris”, que se refere ao feixe de varas amarradas em volta de um machado e portado pelo “Lictor”, guarda-costas dos supremos magistrados do império romano. Esta espécie de soldado romano abria a passagem dos figurões em cerimônias oficiais. O símbolo, de origem etrusca, foi adotado pelos romanos para designar poder e autoridade. A ferramenta podia ser utilizada para castigos corporais e execuções, ficando a cargo do juiz do império ou do próprio Lictor tais decisões (JOHNSTOM, 2013).

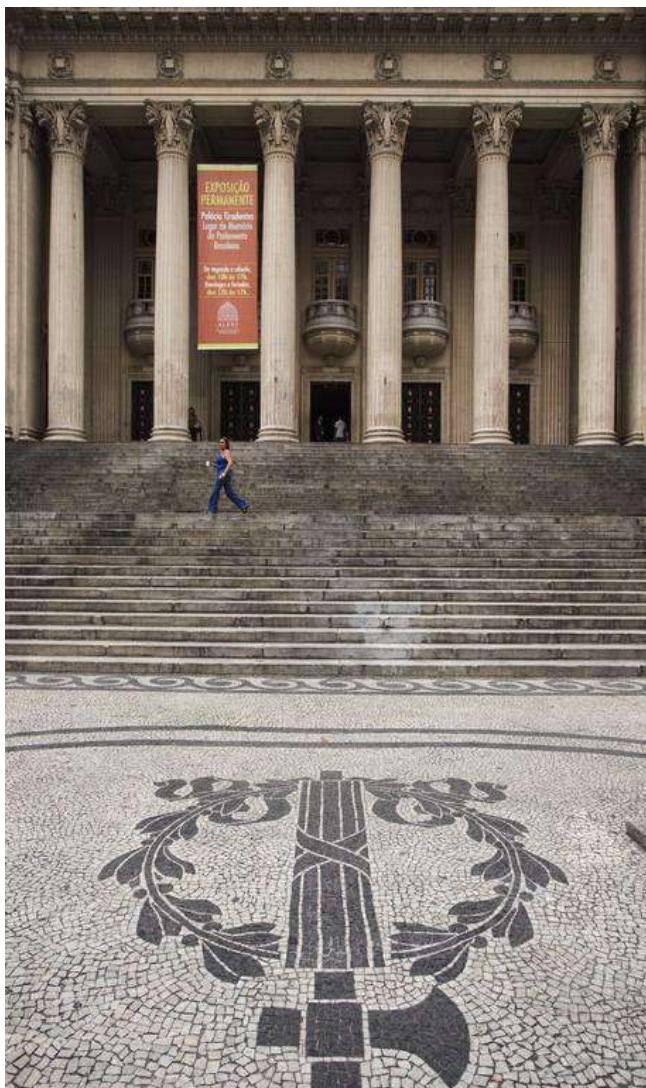
Além da hierarquia imperial, outros valores estavam presentes no símbolo. Os “fasces” estavam associados ao conceito de que “a união faz a força”: Uma única haste era facilmente quebrável enquanto o feixe como um todo era muito mais resistente. Esta simples metáfora traduz boa parte do pensamento fascista e é fundamental para entendermos diversos traços culturais do movimento.

Já no século, XX, muitos séculos após a queda do império romano, Benito Mussolini adota para o seu partido o símbolo do machado envolto por hastes de madeira e seus membros passam a ser reconhecidos como “fascistas”.

Não é de impressionar que o “Duce” (líder), como também era conhecido, tivesse se inspirado no império romano para escolher o símbolo de sua ideologia. O desejo de glória e o senso de retomada de um sentido histórico já atingido por Roma durante a época do império iriam orientar boa parte das políticas e ideologias fascistas, assim como sua crença na nação superior italiana.

No Brasil, os “fasces” estão desenhados em pedra portuguesa, na frente da assembleia legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) e presentes no caminho entre a mesma e o paço imperial. Embora seja de conhecimento público que Getúlio Vargas tenha flertado com o Fascismo de Mussolini, e a arquitetura faraônica de prédios governamentais do centro do Rio de Janeiro tenha nítidas inspirações no regime italiano, historiadores discordam sobre os reais motivos da presença dos símbolos, que podem ser apenas referências ao império romano.

**Figura 1: ALERJ e o símbolo fascista**



Fonte: Jornal O Globo<sup>1</sup>

Após analisarmos a etimologia do termo, vamos as origens do movimento e aos acontecimentos da segunda década do século XX, para depois nos voluntariarmos na difícil tarefa de identificar as características quase atemporais das ideologias fascistas.

## 2.2 Origens da Ideologia

Uma hipótese bem factível é a de que o fascismo tenha surgido da fusão do maurrasismo com o sorelianismo.

---

<sup>1</sup> Disponível em : (<https://oglobo.globo.com/rio/rio-450/assembleia-do-rio-tem-simbolos-que-podem-ser-da-roma-antiga-ou-referencia-ao-fascismo-16441700>) Acesso em: jul. de 2018.

O francês Charles Maurras foi um nacionalista monárquico que defendia o seu “nacionalismo integral” ao argumentar que um líder monarca com plenos poderes seria o ideal para o desenvolvimento de uma nação. Começou a publicar escritos no final do século XIX no que se convencionou chamar de “fin de siècle”, período de larga produção cultural na França, que ocorreu logo antes do início do século XX. As ideologias de Maurras foram capturadas pelos fascistas e modificadas, formando uma nova compreensão revolucionária sobre um líder de nação ideal.

Já o revolucionário e sindicalista francês Georges Sorel defendia a legitimidade da violência política e outras ações sindicalistas radicais para derrubar o capitalismo e a burguesia através de greves gerais. Crítico fervoroso da democracia, Sorel afirma em sua obra *Ilusões do Progresso*: “Nada é mais aristocrático do que a democracia” (SOREL apud ANTIF, 2007, p.82).

Após o fracasso de uma greve geral, em 1909, Sorel deixou a extrema esquerda e passou a militar na extrema direita, procurando mesclar um catolicismo militante e um patriotismo francês com seus pontos de vista, o que considerava serem ideias revolucionárias (ANTIF, 2007).

Em determinado momento, Maurras teve interesse em fundir seus ideais nacionalistas com o sindicalismo de Sorel, pois observou o potencial que a fusão teria no combate à democracia (STERNHELL, Zeev, et al., 1994).

A convergência desses dois pensadores influenciou a obra de Enrico Corradini. O nacionalista italiano defendia um movimento sindicalista nacional, liderado por aristocratas contrários a democracia e que compartilhassem um compromisso sindicalista revolucionário (STERNHELL, Zeev, et al., 1994).

Segundo ele, a Itália era um país proletário que precisava perseguir o imperialismo e se livrar da submissão perante a Inglaterra e a França. Esses pontos de vista faziam parte de um conjunto mais amplo de argumentos, presentes na Associação Nacionalista Italiana (ANI), que alegava que o atraso econômico da Itália era causado pela corrupção da classe política, o liberalismo e o socialismo, este último supostamente responsável por causar uma divisão na sociedade. Entre seus simpatizantes estavam conservadores, católicos e empresários (BLINKHORN, 2003).

Ao negar valores como o pacifismo e o internacionalismo, a ANI afirmava que a democracia liberal não era mais compatível com os valores do mundo moderno, e defendia um estado forte e imperialista, afirmando que os seres humanos eram naturalmente

predatórios e que as nações se encontravam em uma luta constante, onde apenas as mais fortes sobreviveriam (GENTILE, 2003).

As diretrizes ideológicas da ANI estavam bem claras, eram repudiados o marxismo, o liberalismo, a democracia, valores burgueses, pacifismo e o internacionalismo. Em contrapartida eram exaltados valores como heroísmo, o vitalismo e a violência (STERNHELL, Zeev, et al.,1994).

Outra corrente de pensamento que viria a influenciar o fascismo e que ganhou vigor no início do século XX foi o futurismo de Filippo Tommaso Marinetti.

O futurismo via a guerra como uma necessidade da nação moderna e a violência política como algo natural do meio político. Duras críticas eram feitas ao liberalismo e a política parlamentar, além do fato de que a educação física dos jovens deveria ser mais importante que a educação formal através de livros (GORI, 2004).

### **2.3 Surgimento do fascismo**

Com o início da Primeira Guerra Mundial, a esquerda italiana se dividiu entre membros que não queriam a participação da Itália, devido a razões internacionalistas, e outros filiados do partido, que achavam que o reacionarismo Alemão e Austro-Húngaro deveria ser enfrentado.

Enrico Corradini também era a favor do enfrentamento pois enxergava a Alemanha como uma nação reacionária no ponto de vista nacionalista (STERNHELL, Zeev, et al.,1994).

É cabível dizer que o fascismo italiano surge durante esta divisão, com Angelo Oliviero Olivetti formando um pró intervencionismo “fasci” em outubro de 1914. Benito Mussolini viria a se juntar a causa em 1915, em outro “fasci”, após ser demitido de suas funções de editor-chefe do jornal “Avanti!”, justamente por sua postura pró guerra. O termo “fascismo” viria a ser usado pela primeira vez no mesmo ano, por membros do movimento de Mussolini, o Fasci d’Azione Rivoluzionaria (O’BRIEN, 2004).

Os fascistas enxergaram na guerra um potencial para atingir seu ideal de sociedade. O esforço de guerra havia produzido uma cidadania militar, com cidadãos civis interagindo com o exército e uma economia aquecida voltada para o combate. Também foi uma demonstração de poder estatal a participação da Itália na primeira grande guerra. Ao mobilizar o povo em razão de um objetivo, os comandantes da nação se viram liderando inúmeros combatentes nas linhas de frente e tantos outros em suas fábricas, além de obter a

legitimação hierárquica de tempos de guerra, que permitia intervenções na sociedade civil sem maiores explicações (MANN, 2004).

A guerra sintetizava o ideal de uma sociedade fascista e representava o triunfo do modelo perante o liberalismo democrático.

A revolução Bolchevique na Rússia também viria a inspirar Mussolini, mostrando que a tomada do poder era possível. Porém, embora possuíssem algumas semelhanças ideológicas e totalitárias, o posicionamento diante da entrada da Itália na primeira guerra foi fato marcante para separar de uma vez marxistas e fascistas. Devido ao internacionalismo marxista os membros da esquerda eram contra a entrada da Itália na guerra, o que estava em completo desacordo com a visão dos fascistas, que viam no nacionalismo e no conflito entre nações algo natural e desejável para qualquer grande pátria. Após o fim dos conflitos, os dois grupos viriam a se tornar ferrenhos opositores. (BLAMIRE, 2006).

Após a revolução Bolchevique na Rússia, se seguiram períodos de muitas greves na Itália. Os anos de 1919 e 1920 ficaram conhecidos como “Anos Vermelhos”, o que claramente não agradava aos industriais e fazendeiros. Mussolini e seus comparsas souberam se aproveitar da situação, atacando operários e camponeses em nome da preservação da ordem e da paz (BORSELLA, CASO, 2007).

Após diversos combates entre fascistas e marxistas, Mussolini e seus partidários souberam utilizar a crítica ao marxismo e sua luta de classes para angariar a simpatia da direita italiana. Ao combater o partido socialista italiano e se opor ao conceito de identidade de classe acima de identidade nacional, o movimento fascista se fundiu com a direita italiana e ganhou projeção nacional, saltando de cerca de mil membros durante os “Anos Vermelhos” para mais de 250.000 em 1921 (BORSELLA, CASO, 2007).

No ano seguinte, os fascistas já contavam com 322 mil filiados e em 28 de outubro, os “camisas negras”, espécie de militância do partido fascista, desfilaram seu poder sobre a antiga capital do Império Romano, no que ficou conhecido como a “Marcha sobre Roma”.

O primeiro ministro italiano Luigi Facta aconselhou o rei italiano a declarar estado de sítio, porém o monarca não atendeu seu pedido. Facta então se demitiu. Com o apoio de militares, empresários e diversos juízes o rei Victor III convocou Benito Mussolini para assumir o governo e no dia 30 de outubro de 1922 a Itália se rendeu ao fascismo (TURCI, 2008).

Atualmente, se tem a perigosa impressão de que o Fascismo foi um acidente, algo completamente inesperado que acometeu o ocidente e só pode ser explicado como uma reação aos horrores e humilhações causados pela primeira guerra. Um equívoco histórico restrito a um curto período de tempo, cujas raízes e motivações jamais poderiam se repetir da mesma forma ou se explicar racionalmente. Cabe uma citação de Zeev Sternheel sobre essa confusão histórica e posteriormente uma reflexão quanta a vulnerabilidade de nossas sociedades diante de doutrinas bárbaras e totalitárias.

Este livro baseia-se em duas premissas. A primeira é que o fascismo, antes de se tornar uma força política, foi um fenômeno cultural. O crescimento do fascismo não teria sido possível sem a revolta contra o Iluminismo e a Revolução Francesa que varreu a Europa no fim do século XIX e início do século XX. Por toda a Europa, a revolta cultural precedeu a política. O surgimento dos movimentos fascistas e a tomada de poder fascista na Itália só foram possíveis devido à combinação da influência crescente dessa revolução cultural e intelectual com as condições políticas, sociais e psicológicas que tomaram corpo no fim da Primeira Guerra Mundial. Nesse sentido, o fascismo foi apenas uma manifestação extrema de um fenômeno muito mais amplo e completo. A segunda premissa, derivada da primeira, é que durante o desenvolvimento do fascismo, o seu arcabouço conceitual desempenhou um papel de especial importância. Não pode restar dúvida de que a cristalização da ideologia precedeu a construção do poder político e pavimentou o caminho para a ação política. O fascismo não foi, para usar uma famosa expressão de Benedetto Croce, um “parêntese” na história contemporânea. Não foi, como pensava ele, o resultado de uma “infecção”, de um período de “declínio da consciência de liberdade” em consequência da Primeira Guerra Mundial. Não foi o produto de uma espécie de renascimento “maquiavélico” do qual a Europa do século XX foi vítima. Ao contrário do que disseram Friedrich Meinecke e Gerhard Ritter à geração do pós-guerra, o fascismo foi parte integrante da história da cultura europeia (STERNHELL, Zeev, et al., 1994, p. 15).

#### **2.4 Características intrínsecas ao fascismo**

Em 1995, Umberto Eco produziu o texto “Ur-Fascismo”, um dos mais relevantes escritos sobre as características dissimuladas do discurso fascista. Eco, que viveu sua infância na Itália fascista, descreve como era a doutrinação ideológica sofrida por crianças nas escolas do regime e como a resistência tomava conta do imaginário popular e também do seu. Adiante, o comunicólogo cita 14 lições para identificar o “Fascismo Eterno”, se dispondo a difícil tarefa de caracterizar quais seriam as características intrínsecas ao discurso totalitário propagado por Mussolini.



Umberto Eco deixa claro que o Fascismo não é tão facilmente caracterizável quanto o Nazismo, já que sua ideologia é mais maleável e suas raízes se envolvem numa espécie de neblina. Em certo trecho do texto, Eco trata da dificuldade de se estabelecer as bases do que seria o “Fascismo Eterno”.

Durante os anos de McCarthy, os norte-americanos que tinham participado da guerra civil espanhola eram chamados de “fascistas prematuros” — entendendo com isso que combater Hitler nos anos 1940 era um dever moral de todo bom norte-americano, mas combater Franco cedo demais, nos anos 1930, era suspeito. Por que uma expressão como “*fascist pig*” era usada pelos radicais norte-americanos até para indicar um policial que não aprovava os que fumavam? Por que não diziam: “*Porco Caugolard*”, “*Porco Falangista*”, “*Porco Quisling*”, “*Porco croata*”, “*Porco Ante Pavelic*”, “*Porco nazista*”?

*Mein Kampf* é o manifesto completo de um programa político. O nazismo tinha uma teoria do racismo e do arianismo, uma noção precisa de *entartete Kunst*, a “arte degenerada”, uma filosofia da vontade de potência e da *Übermensch*. O nazismo era decididamente anticristão e neopagão, da mesma maneira que o *Diamat* (versão oficial do marxismo soviético) de Stalin era claramente materialista e ateu. Se como totalitarismo entende-se um regime que subordina qualquer ato individual ao Estado e sua ideologia, então nazismo e estalinismo eram regimes totalitários.

O fascismo foi certamente uma ditadura, mas não era completamente totalitário, nem tanto por sua brandura quanto pela debilidade filosófica de sua ideologia. Ao contrário do que se pensa comumente, o fascismo italiano não tinha uma filosofia própria. O artigo sobre o fascismo assinado por Mussolini para a Enciclopédia Treccani foi escrito ou inspirou-se fundamentalmente em Giovanni Gentile, mas refletia uma noção hegeliana tardia do “Estado ético absoluto”, que Mussolini nunca realizou completamente. Mussolini não tinha qualquer filosofia: tinha apenas uma retórica (ECO, 1997, p.17).

Em sua análise sobre os traços identitários do regime fascista, Eco manifesta algumas diferenças quanto a visão de Sternhell sobre as bases culturais do Fascismo. Segundo Umberto, a ideologia fascista não tinha uma filosofia própria e era mais um comportamento de massa do que realmente um discurso embasado em uma teoria. Para ele, isto dificulta ainda mais a tarefa de definir objetivamente quais os traços mais marcantes de tal ideologia totalitária.

O outro fator abordado é o de que, segundo Eco, diferentemente do Marxismo e do Nazismo, o Fascismo não possuía teóricos centrais, no máximo influenciadores.

Em seguida, Humberto Eco cita suas 14 lições para identificar o “Fascismo Eterno”. Ao longo de poucas páginas, são abordadas questões importantes como o fato do discurso fascista sempre precisar de um inimigo, tanto externo quanto interno, e de como o povo judeu sempre preencheu bem este estigma pois pode ser caracterizado como um

pouco dos dois. Em outros pontos, Eco fala sobre o culto ao tradicionalismo, corrente muito anterior ao Fascismo e fonte inspiradora do mesmo. Segundo ele, por mais que os fascistas gostassem da tecnologia seu ideal era sempre de um conservadorismo quase rural, de valores petrificados e de uma verdade imutável e palpável que sobrevivia ao passar dos séculos.

O tradicionalismo implica a recusa da modernidade. Tanto os fascistas como os nazistas adoravam a tecnologia, enquanto os tradicionalistas em geral recusam a tecnologia como negação dos valores espirituais tradicionais. Contudo, embora o nazismo tivesse orgulho de seus sucessos industriais, seu elogio da modernidade era apenas o aspecto superficial de uma ideologia baseada no “sangue” e na “terra” (*Blut und Boden*). A recusa do mundo moderno era camuflada como condenação do modo de vida capitalista, mas referia-se principalmente à rejeição do espírito de 1789 (ou 1776, obviamente). O iluminismo, a idade da Razão eram vistos como o início da depravação moderna. Nesse sentido, o Ur-Fascismo pode ser definido como “irracionalismo” (ECO, 1997, p.22)

Outro ponto muito importante do texto é quando o Eco caracteriza a classe social dos indivíduos que geralmente são cooptados pelas ideologias fascistas, algo que se vê cada vez mais nos dias de hoje e que o autor já havia identificado há mais de duas décadas.

O Ur-Fascismo provém da frustração individual ou social. O que explica por que uma das características dos fascismos históricos tem sido o apelo às classes médias frustradas, desvalorizadas por alguma crise econômica ou humilhação política, assustadas pela pressão dos grupos sociais subalternos. Em nosso tempo, em que os velhos “proletários” estão se transformando em pequena burguesia (e o lumpesinato se auto exclui da cena política), o fascismo encontrará nessa nova maioria seu auditório (ECO, 1997, p.23).

Alguns fatos recentes da política internacional demonstram como o autor conseguiu entender o medo social que gera a adequação à determinadas ideologias, assim como a frustração que leva a relativização de valores que já deveriam ser bem fundamentados em nossa sociedade.

## **2.5 Fascismo e as massas**

É importante ter em mente que o termo fascismo tem significados diferentes e se faz presente no imaginário coletivo de diversas formas. Mesmo sendo algo difícil de ser caracterizado, existem certos traços que denotam características fascistas em movimentos, conceitos e atitudes. Pode-se dizer que é inerente ao fascismo a intolerância quanto ao

diferente, principalmente se a alteridade constatada vier de fora do grupo ao qual a ideologia se faz presente.

Se pode suspeitar de fascismo toda vez que um indivíduo tem seus direitos fundamentais violados em prol de uma maioria. Segundo a ótica fascista, aquele que atrapalha o desenvolvimento da sociedade não deve gozar de direitos próprios, uma vez que esses direitos seriam uma barreira à vontade do povo. Sendo assim, cabe uma reflexão sobre o que seriam tais direitos fundamentais.

Para certas correntes de pensamento, a liberdade econômica seria um direito fundamental, logo, qualquer restrição iria contra direitos básicos do homem. Barreiras alfandegárias e cobranças de impostos seriam assim algo intolerável. Para outros, o direito ao uso de qualquer tipo de substância é mais que fundamental, não podendo a sociedade intervir nesse tipo de escolha. Há também a concepção de direitos fundamentais como o acesso à saúde, educação, água, esgoto e moradia. Ambos previstos na constituição brasileira de 88. Estas são só algumas concepções de direitos fundamentais que na prática dificilmente irão coexistir.

Então como definir os direitos fundamentais do indivíduo? Qualquer veredito sobre o caso pode incorrer numa lógica autoritária, já que forjar conceitos para acusar o outro do que se é será sempre uma arma dos fascistas e dos canalhas de um modo geral.

Seria o fascismo então uma questão de ponto de vista? Algo que os adversários estariam fadados a serem acusados pois discordariam de premissas básicas dos acusadores? Não se o termo ainda tiver importância e fizer sentido.

Se até hoje o termo *fascismo* é utilizado para descrever certas condutas isso não significa que o início do século XXI guarde semelhanças com o do século passado. Se essa fosse a justificativa, qualquer análise dos dias atuais que envolvesse o termo poderia ser taxada de anacrônica. Quando se trata do fascismo em nossa sociedade o que está em análise são as premissas ideológicas por trás do fenômeno político e a consciência de que certas pulsões presentes nos indivíduos fascistas de cem anos atrás também podem ser encontradas nos membros de nossa sociedade atual.

O estranhamento e a exclusão do diferente são essenciais para a coesão do grupo fascista, este desprezo se faz necessário para que o amor próprio esteja presente na mente narcísica. Em texto de 1951, Theodor Adorno analisa o fascismo e seus movimentos sob uma ótica freudiana. Em uma das citações ao psicanalista, Adorno transcreve:

Nas antipatias e aversões indisfarçadas que as pessoas sentem em relação aos estrangeiros com quem entram em contato, podemos reconhecer a expressão do amor-próprio – do narcisismo. Esse amor-próprio trabalha para a auto afirmação do indivíduo, e se comporta como se o aparecimento de qualquer divergência sobre suas linhas particulares de desenvolvimento envolvesse uma crítica e uma solicitação de mudança dessas mesmas linhas.<sup>2</sup>

Adorno complementa afirmando que o ganho narcisista fornecido pela propaganda fascista é óbvio. Ela sugere que o seguidor, por pertencer a determinado grupo, é superior, melhor e mais puro que aqueles que estão excluídos. Ao mesmo tempo, qualquer tipo de crítica ou autoconsciência é tida como uma perda narcisista e provoca fúria. Isso explicaria a reação violenta de todo fascista contra aquilo que desmascara seus próprios valores e a constante hostilidade contra qualquer tipo de introspecção. Em contrapartida, a concentração de hostilidade com os de fora ajuda a amenizar a relação com os membros do grupo, que seria altamente ambivalente caso não houvesse a satisfação narcísica no ato de repúdio com os que são tidos como intrusos. Enquanto a repulsa por membros de fora do grupo se mantiver, a harmonia dentro do grupo estará garantida e as diferenças dos membros serão deixadas de lado. Tal controle dos impulsos narcisistas só pode ser explicado por uma lógica libidinal. (ADORNO,1951).

Mesmo com as explicações contundentes de Freud, o ódio ao diferente, ao estranho, parece ter razões além daquelas que são abordadas em análises psicanalíticas, a repulsa ao incomum parece ser também uma questão de método.

A retórica fascista é voltada para as massas, para a conquista e agitação do povo, valorizando a ação antes mesmo do pensar. Como a massa nunca deixará de ser um apanhado de indivíduos, ela nunca pensará por si própria, já que é incapaz de produzir um pensamento, apenas sintetizar uma somatória de vários. Se Descartes chegou a conclusão de: “Penso, logo existo”, não podemos falar o mesmo de um conjunto de seres com pensamentos individuais e que nunca pensou por si próprio. A unidade buscada em movimentos de massa autoritários é frágil, irreal, por isso deve se basear nas mais banais semelhanças, uma vez que não existe uma coesão realmente verdadeira. Uniformes, cortes de cabelo, símbolos, origens e linguajar são alguns dos responsáveis por gerar no indivíduo

---

<sup>2</sup> FREUD apud ADORNO. **A Teoria Freudiana e o Padrão da Propaganda fascista**. Psychoanalysis and the Social Sciences, 1951.

Disponível em: [https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/Theodor\\_Adorno\\_-\\_A\\_Teoria\\_freudiana\\_e\\_o\\_modelo\\_fascista\\_de\\_propaganda\\_1951\\_.htm?1349568035](https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/Theodor_Adorno_-_A_Teoria_freudiana_e_o_modelo_fascista_de_propaganda_1951_.htm?1349568035) Acesso em: maio de 2019

identificação com os demais membros, sem isso, como reconhecer o que une ou separa a multidão que ele alega pertencer?

Como no campo das ideias o pensamento fascista é frágil, o comportamento em grupo não pode se limitar a excluir aqueles que pensam diferente, uma vez que para tal constatação deveria haver no mínimo um confronto ou uma exposição de conceitos. Para que um grupo tenha indivíduos com um mínimo de coesão e pronta reatividade, esses indivíduos devem estar preparados para rechaçar qualquer comportamento social que não se encaixe nos padrões pré-estabelecidos para os membros do grupo. Uma simples forma de falar, uma postura, uma demonstração equivocada de sentimentos é o suficiente para que alguém seja excluído do conjunto e sofra as consequências por isso.

É provavelmente a suspeita do caráter fictício de sua própria ‘psicologia de grupo’ que torna as multidões fascistas tão inabordáveis e impiedosas. Se parassem para raciocinar por um segundo, toda a encenação desmoronaria, e só lhes restaria entrar em pânico.<sup>3</sup>

O Fascismo é algo difícil de definir e por isso mesmo de se combater, não só por ser um comportamento que tende a uma semi-racionalidade, mas porque este comportamento está ao alcance de todos nós, e se torna atraente em diversos momentos no curso da história. Devemos estar atentos para que estados totalitários que oprimem o indivíduo em favor de um coletivo intangível nunca mais se façam presentes.

---

<sup>3</sup> ADORNO. **A Teoria Freudiana e o Padrão da Propaganda fascista**. Psychoanalysis and the Social Sciences, 1951.

Disponível em: [https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/Theodor\\_Adorno\\_-\\_A\\_Teoria\\_freudiana\\_e\\_o\\_modelo\\_fascista\\_de\\_propaganda\\_1951\\_.htm?1349568035](https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/Theodor_Adorno_-_A_Teoria_freudiana_e_o_modelo_fascista_de_propaganda_1951_.htm?1349568035) Acesso em: maio de 2019

### 3.Fascismo e segurança pública no Brasil

Quando se analisa fascismo, sociedades mais desenvolvidas são geralmente o laboratório. Os textos de maior relevância do capítulo anterior foram produzidos por cidadãos europeus que tratavam basicamente de fenômenos fascistas nas culturas norte-americana e europeia. Como trazer então essas análises para países subdesenvolvidos, com menor qualidade de vida e um nível de violência muito maior? No Brasil, a área onde mais se debate e se acusa o fascismo é a segurança pública, que na sociedade europeia não encontra tantos holofotes e possui características muito diferentes. Se o termo fascismo ainda faz sentido, deve-se identificar quais são os traços autoritários de uma cultura de massa surgida na Europa que podem encontrar terreno fértil em sociedades muito mais violentas e desiguais.

#### 3.1 Fascismo: termos e gatilhos

Existem alguns gatilhos que historicamente contribuem para o surgimento de movimentos e ideologias autoritárias. Crise econômica, desemprego, insatisfação com líderes ou governantes. Fascismo e nazismo surgiram durante períodos caóticos na história de Itália e Alemanha, porém o que explica seu surgimento não é a crise em si mas sim a necessidade de se apontar culpados por ela. O cidadão, diante de uma realidade a qual não lhe agrada, tenta desesperadamente arranjar soluções, mas principalmente se isentar da culpa pela sua tragédia pessoal e de seu povo. Isso vem aliado a um nacionalismo exacerbado, que sempre prega a grandiosidade da nação, e que caso tido como verdade, só permite que a explicação por sua derrocada sejam fatores externos. Ou, o que é mais perigoso, e terreno fértil para o autoritarismo, elementos concomitantemente externos e internos.

Para os que se vêem privados de qualquer identidade social, o Ur-Fascismo diz que seu único privilégio é o mais comum de todos: ter nascido em um mesmo país. Esta é a origem do “nacionalismo”. Além disso, os únicos que podem fornecer uma identidade às nações são os inimigos. Assim, na raiz da psicologia Ur-Fascista está a obsessão do complô, possivelmente internacional. Os seguidores têm que se sentir sitiados. O modo mais fácil de fazer emergir um complô é fazer apelo à xenofobia. Mas o complô tem que vir também do interior: os judeus são, em geral, o melhor objetivo porque oferecem a vantagem de estar, ao mesmo tempo, dentro e fora. Na América, o último exemplo de obsessão pelo complô foi o livro *The New World Order*, de Pat Robertson (ECO, 1997, p.23).

Existem dois termos muito utilizados para apontar desprezo ao sujeito que tenha cometido uma transgressão de certos valores sociais: ‘Vagabundo e Marginal’. É interessante notar que a palavra vagabundo teria como sentido original um ser errante, uma espécie de nômade. Um indivíduo sem grupo, por isso mesmo sempre um estranho, um estrangeiro de qualquer lugar. Embora muito utilizado por membros das forças policiais, o vocábulo não encontra muito espaço em discursos mais formais e também pode se referir a alguém desocupado, que provavelmente já deve ter escutado a expressão “vai trabalhar vagabundo.”

Com a palavra marginal é diferente. O termo da conta de um indivíduo que vive à margem da sociedade, alguém exterior a um certo grupo de pessoas, mas que ao mesmo tempo pertence ao conjunto de cidadãos de uma forma geral, uma vez que a margem faz parte e delimita o conjunto. Talvez esse seja o conceito perfeito para eleger o inimigo que Humberto Eco se referiu, como elemento externo e interno. O marginal pertence a sociedade, mas está contra a mesma.

Pessoas marginalizadas são consideradas vítimas, fator resultante de uma sociedade desigual e opressora que todos alegam querer mudar, porém, ao ganhar a alcunha de marginal, o indivíduo passa a ser um inimigo, alguém que aceitou a marginalização, mesmo que essa tenha sido imposta ao mesmo. Não existe “vá se regenerar marginal”. Quem se marginalizou só deve ser excluído e não goza dos mesmos direitos dos outros cidadãos, ou pode-se dizer, dos membros do grupo. O marginal permite regimes de exceção sem estarmos em guerra, serve de legitimador da força bruta dos aparatos protetores da sociedade contra membros dela mesma.

Outro ponto importante da teoria de Eco é a questão da obsessão pelo complô. O livro citado como referência, explica e muito certas paranoias e condutas autoritárias praticadas ou incentivadas por membros e ideólogos do atual governo brasileiro. Quando se enxerga inimigos da nação em todas as instituições que deveriam garantir sua soberania militar e democrática, o único caminho para salvação da pátria são regimes de exceção. Como disse ironicamente o constitucionalista Rodrigo Reis citando o pensamento paranoico: “ Se as instituições democráticas são facilmente domináveis por autoritários, talvez a democracia não seja tão boa assim”. Porém, esse texto não pretende visitar lugares comuns e expor absurdos visíveis a qualquer um que se permita estabelecer uma reflexão. Quando se trata de segurança pública, alguns aspectos não são tão claros.

Não é tarefa fácil respeitar acordos e ser democrático quando se tem medo, fome ou vontade de ir no banheiro, e isso tem que ser considerado. Podemos não saber qual é o sentimento de alguém que recorre ao discurso fascista por não conseguir lidar com seus preconceitos e frustrações, mas é nítido que os motivos são torpes e desrespeitam a liberdade individual de cada um. Entretanto, quando alguém adere a discursos autoritários por medo, embora seja nítido o erro, é preciso reconhecer as razões de sua indignação para que elas possam ser trabalhadas.

Em agosto de 2018, o agora ministro da economia, Paulo Guedes, foi ao programa “Central das Eleições” na emissora de televisão Globonews. O economista, responsável pelo programa econômico do então candidato Jair Bolsonaro, tentava convencer o público e seus entrevistadores da viabilidade de seu programa liberal. Após 50 minutos de debates macroeconômicos sobre superávit primário, reforma da previdência, subsídios fiscais e outros temas, Guedes foi indagado sobre o fato de emprestar seu nome de economista liberal e até mesmo um certo pensamento político para a campanha de um candidato com visões opostas as dele no campo das finanças públicas. A resposta não encontrou grande repercussão, mas é de grande importância para a análise da atual realidade brasileira.

Eu não atribuo importância nenhuma a mim, tem necessidades da população brasileira que as vezes a gente percebe, as vezes não. Se você perguntar pra qualquer um de nós, dentro do que eu chamo ‘ a bolha’, que é onde eu vivi também bastante tempo, quais as funções mais importantes do estado, a gente vai falar assim: Saúde, educação. Diria um chinês que isso é coisa muito recente, é coisa só de 200 anos. Se você voltar aos constitucionalistas ingleses, à Thomas Hobbes, “Natureza é vermelha na mandíbula, nas garras... o homem é o lobo do homem, nós precisamos nos proteger. ” Daí o estado máquina surgir, absoluto, forte, para não deixar violação de vidas, propriedades, etc. E aí vem logo depois o John Lock, do governo civil, falando a mesma coisa: “Quem é que vai trabalhar num lugar onde o fruto do seu trabalho não é preservado? ” Então o Bolsonaro ta subindo politicamente, é importante a gente entender isso, não tem nada a ver com economia. A gente pode discutir o que a gente quiser aqui, nós estamos falando dos formadores de opinião, das coisas mais sofisticadas, de onde vai o preço do dólar e etc. Tem um fenômeno profundo acontecendo, que a população brasileira está dizendo o seguinte: “Nós queremos a preservação de vidas e de propriedades. ” Desde o seu relóginho que você vai na praia e é assaltado, até o revólver de vez em quando que assassina uma pessoa quando chega do trabalho em casa. Ele tá respondendo a esse pedido de ordem<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HqCS0j-7e9Y&t=2240s> Acesso em : jun. de 2019.



Se Sternheel (citado no primeiro capítulo) está certo, e o fascismo antes de ser uma força política, foi um fenômeno cultural, existe uma obra que deve ser analisada com especial atenção. Carlos Drummond pode ser o maior poeta brasileiro, mas quantos sabem recitar algum de seus poemas? Quantos já leram Machado de Assis ou ouviram Heitor Villa Lobos? Não há dúvidas que se são alguns de nossos maiores talentos, mas quando se trata de cultura é difícil identificar o que forja as bases de um imaginário nacional. Seria Paulo Coelho mais influente que Guimarães Rosa, ou influenciar outros escritores contribui mais com as bases culturais? No Brasil, existe um filme que boa parte dos brasileiros tem pelo menos uma frase decorada e foi visto por dezenas de milhões de espectadores.

### **3.2 Tropa de Elite**

Em 2007, o filme *Tropa de Elite* teve uma cópia sua vazada e logo se tornou um fenômeno nacional. Estima-se que mais de 10 milhões de pessoas tenham visto a produção, antes mesmo de sua estreia. Com diversos jargões e muitas cenas de ação, a película fez sucesso tratando da segurança pública carioca na década de 90 segundo o olhar do fictício Capitão Nascimento.

Na trama, Roberto Nascimento busca um sucessor para sua função de capitão da tropa de elite da polícia militar fluminense. Entre crises de pânico, tiroteios, sessões de tortura coordenadas pelo protagonista e a pressão feita por sua esposa para deixar o grupo especial, o oficial relata suas versões de como a sociedade funciona e participa de arriscadas operações, uma realidade para os policiais do Rio de Janeiro.

O filme, acusado de fascista por diversos setores progressistas, deu voz a um discurso que fazia tempo estava presente na mentalidade de parcelas relevantes da população, e parece ter reforçado ainda mais esse conceito. Em termos gerais, ‘bandido bom é bandido morto.’

O site *A Nova Democracia*, reconhecidamente de esquerda, teceu duras críticas ao que considerou uma obra fascista. Entre reflexões mais abstratas e conceitos errados sobre a definição de guerra, o texto acerta ao refletir sobre pontos importantes que ajudaram o filme a propagar uma visão autoritária.

Segundo o discurso do narrador, O BOPE é tido como a única razão dos traficantes não terem controlado por completo a cidade do Rio de Janeiro, pouco importando as dezenas de milhares de policiais convencionais. Os 100 homens da tropa de

elite seriam os responsáveis pela manutenção da lei e da ordem. A consciência social é tratada como algo exclusivo de estudantes ricos, o que denota tanto hipocrisia quanto utopia, e a favela é tida como um território hostil, onde moram os inimigos da sociedade, visão corroborada pela sequência de planos de filmagem. Os poucos homens do BOPE se mostram virtuosos perante a milhares de corruptos assim como temos uma elite portadora das verdades universais para um povão obscurecido por sua própria preguiça.

O texto cita o jurista argentino Raul Zaffaroni: “ A técnica popularesca consiste em alimentar e reforçar os piores conceitos para estimular publicamente a identificação do inimigo de vez. ”

A cena final, bastante emblemática, é tratada com atenção especial e analisada por uma ótica sociológica, cinematográfica e publicitaria.

A violência policial exacerbada sob o pretexto de restabelecer a lei e a ordem se constitui na ante-sala dos regimes autoritários". Nesse sentido, não parece casual que durante o enterro do policial morto o capitão Nascimento sobreponha à bandeira do Brasil aquela do BOPE. A caveira, símbolo da tortura e do assassinato ao arripio da lei, encobre o verde-amarelo tradicional. Na sequência, as imagens concentram-se nas favelas, com os aspirantes já integrados à tropa. E o diretor capricha, sobretudo na cena final do assassinato do "dono do morro": o policial é filmado de baixo para cima e o bandido de cima para baixo, já rendido. A grande provação do oficial será disparar um tiro de escopeta calibre 12 no rosto do bandido, o que é feito sem muita hesitação. O tempo entre mirar, engatilhar e atirar é apenas o suficiente para permitir a exposição para o público do contraste do atirador com a luz do sol que conquista a cena na medida em que o disparo se concretiza. A idéia é muito clara: sai dali um policial iluminado, revigorado por esmagar seus últimos resquícios de humanidade e fuzilar a cabeça de um bandido imobilizado. Tudo sob uma aura virtuosa cuidadosamente construída ao longo do filme. Joseph Goebbels, ministro da propaganda de Hitler, não faria melhor.<sup>5</sup>

Interpretações à parte, o jogo de câmeras realmente configura uma estratégia de fotografia bem peculiar. Porém, embora justas, as críticas que o filme recebeu não consideraram um fato essencial: No roteiro original, o capitão Nascimento não ocupava o lugar da primeira pessoa, e isso muda muita coisa.

Em um debate sobre o filme organizado pela Dicta&Contradicta, **Bráulio Mantovani** e **José Padilha** contam que, no início do projeto, o **capitão Nascimento** não era o personagem principal de *Tropa de Elite*. O

---

<sup>5</sup> SALLES. **Porque Tropa de Elite é fascista**. A Nova Democracia, 2007.

Disponível em : <https://anovademocracia.com.br/no-38/67-porque-tropa-de-elite-e-fascista>. Acesso em: Jun. de 2019

protagonista e narrador seria **Mathias**, o PM aspirante ao BOPE. A história confrontava o violento capitão, decidido a sair do BOPE por estar cansado do trabalho, esperando um filho e por não ver solução ao fazer o que faz (matar traficante e policial corrupto a rodo), com o inteligente e bem intencionado Mathias, estudante da PUC, aspirante a policial e que, ao final do filme, é transformado em mais um “fascista” pela instituição e pelo próprio Nascimento. Com isso, os autores esperavam mostrar a ineficácia da polícia e como o Estado transforma miséria e repressão em violência.<sup>6</sup>

Certa vez, em um programa de auditório, Wagner Moura explicou a mudança quanto ao personagem principal da trama. Segundo o ator, ao ler o roteiro, ele teria ficado encantado com o personagem do capitão Nascimento, que definiu como gregoriano. Alguém trágico, fadado a dilemas morais, e que possibilitaria uma bela interpretação. Escolheu então que interpretaria o capitão do BOPE. Belo ator que é, Wagner cativou a cúpula do filme, que decidiu modificar o roteiro para que Nascimento fosse o narrador e protagonista.

O que talvez eles não tenham levado em conta é que o público tende a se identificar com o personagem principal. Ao mostrar seu ponto de vista, suas forças e fraquezas, e ser o centro do enredo, o narrador tende a despertar a empatia do espectador, que passa a relativizar certos desvios de conduta. O vilão, ao contrário, costuma ser um indivíduo caricato, independentemente de sua conduta em si. Os jovens mimados, os traficantes e policiais corruptos, ambos são expostos com personagens rasos, que não fazem frente ao carisma do protagonista. Ao “humanizar o capitão Nascimento”, ele deixa de ser o sujeito violento e manipulador para se tornar o bravo combatente da criminalidade, o que passa a legitimar o seu discurso autoritário. E o efeito é realmente devastador.

Em uma cena no final do filme, Nascimento é confrontado por outro capitão do BOPE, que diz não concordar com tortura e os métodos utilizados na operação. O protagonista, por sua vez, fala para que ele se sinta à vontade para retirar seus homens, que é o que o outro capitão faz. Naquele momento, envolvido na trama do filme, é difícil não enxergar o parceiro que se retirou como um traidor, alguém frouxo, de pouca fibra moral, quando na verdade sua conduta está mais do que correta. E é assim que ao longo de todo enredo, sempre com fins que justificam os meios, o narrador comete barbaridades travestidas de atos heroicos e necessários.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://falauniversidades.com.br/resenha-tropa-de-elite-critica/> Acesso em Jun. de 2019

Ter um policial como protagonista não é incomum nos filmes de ação norte-americanos, *Máquina Mortífera 1,2,3,4*, *Bad Boys 1,2*, *S.W.A.T comando especial* e *Dia de Treinamento* são só alguns de muitos *blockbusters* que tem como personagens principais agentes de segurança. Em Hollywood, normalmente, advogados, corregedores, psicólogos e defensores dos direitos humanos são retratados com ironia e como um entrave para a boa prática policial, cabendo aos protagonistas passar por cima dessas barreiras para fazer valer a lei. Porém, no Brasil, *Tropa de Elite* talvez tenha sido o primeiro sucesso de bilheteria a ter um policial como protagonista e a narrar os fatos sob a ótica de um agente de segurança. A repercussão, no entanto, foi diferente da que diretor, roteiristas e o próprio Wagner Moura esperavam.

A exaltação do capitão Nascimento como herói nacional foi um tiro pela culatra do filme que pretendia problematizar a violência policial e as relações promíscuas na área de segurança pública. Para uma população majoritariamente assustada, (com razão) o protagonista valente, pragmático e incorruptível era um herói mais que desejado. É claro que a visão do capitão do BOPE não reflete a dos autores, que ao serem acusados de fascistas ironizaram que o filme deveria ter vindo com bula e instruções de uso, mas o fenômeno mais interessante é como um anti-herói pode se tornar mocinho devido ao contexto histórico e alguns truques ou acidentes de narrativa.

Wagner Moura criticou muito a interpretação do capitão Nascimento como um herói: "Se as pessoas estão fazendo essa leitura é um reflexo de alguma forma do pensamento político dessas pessoas ou de um caos generalizado que tenha levado às pessoas a acreditarem nisso". Mas as declarações mais contundentes vieram de um dos roteiristas, Rodrigo Pimentel, ex capitão do BOPE no qual o capitão Nascimento foi parcialmente inspirado.

### **3.3 O verdadeiro capitão Nascimento**

Pimentel já tinha ganhado certa visibilidade ao participar do documentário *Notícias de uma Guerra Particular* (1999) de João Moreira Salles, que trata da realidade de traficantes da favela Santa Marta e tem depoimentos do ex chefe da polícia civil, Hélio Luz e do então capitão do BOPE. Nele, se vê um Rodrigo por volta dos 27 anos, com uma oratória e uma visão sociológica incomuns para a função que ocupa e que se diz cansado de travar uma guerra na qual não vê resultados.

Pimentel, embora tenha uma visão de segurança pública diferente de outros policiais, não é nenhum abolicionista ou hippie perdido na atualidade. Variando de espectro nos posicionamentos políticos, votou em Jair Bolsonaro, é a favor de penas mais duras para certos crimes, defende a legalização das drogas e se mostra temeroso quanto o direito de o cidadão comum portar armas.

Em entrevistas ao longo dos anos, desde sua aparição no documentário de João Moreira Salles até adquirir maior notoriedade como um dos roteiristas de *Tropa de Elite*, Pimentel vem dando declarações como a dita para a revista TRIP, em 2001, onde afirmou que “No Rio o policial vai numa operação, mata dez marginais e volta para o serviço. Muitos já se transformaram em sádicos.”<sup>7</sup>

Em duas entrevistas para *Folha de São Paulo*, ambas em 2007, o homem que a imprensa gosta de chamar de “verdadeiro capitão Nascimento” deixou claro o que achava do personagem, quais deveriam ser algumas diretrizes morais do comportamento dos agentes de segurança e abordou o tema das execuções e torturas.

**FOLHA** - Para muitos adolescentes, o capitão Nascimento é um herói. O que você pensa sobre isso?

**RODRIGO PIMENTEL** - Quando eles assistirem a esse filme de novo, daqui a 20 anos, quando o país tiver mais segurança, menos corrupção, eles vão entender que o Nascimento não é herói.

**FOLHA** - Por quê?

**PIMENTEL** - Porque um herói não executa e não tortura. Quando o país estiver melhor, eles vão entender que o capitão Nascimento é uma pessoa com problemas.

Nessa entrevista Rodrigo Pimentel deixa claro não concordar com torturas e execuções. O ex capitão também aborda o momento do país, mostrando corretamente que o filme não conseguiria construir a narrativa do “Nascimento Herói” sozinho. Em outra entrevista Rodrigo aprofunda um pouco mais seus conhecimentos e a realidade fluminense sobre torturas e execuções.

**FOLHA** - A sociedade aceita a violência e a tortura da polícia?

**RODRIGO PIMENTEL** - Há no Rio um pacto velado de ignorar os direitos humanos e a tortura. Dezenas de professores, jornalistas, policiais e promotores que viram o filme me ligam, mas ninguém comenta as cenas de tortura. Passam despercebidas. Imaginei que fosse um tratado sobre a tortura e as pessoas a ignoram. O foco passa a ser corrupção policial e tráfico. Cito a morte de João Hélio e a capa de jornais de Rio reproduzindo a foto dos bandidos presos, algemados, e os policiais enforcando os presos, apertando o gogó. Aquela cena por si só já define tortura. Não sou solidário com aqueles bandidos pelo que

<sup>7</sup>Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/entrevista-com-ex-policial-do-bope-rodrico-pimentel>  
Acesso em: Jun. de 2019

fizeram, mas não se viu no Rio voz contra isso. A operação do Alemão, por exemplo, acho legítima e gostei do resultado, de 19 mortos.

**FOLHA** - **Gostou?**  
**PIMENTEL** - Foi um marco da polícia, que ali saiu da passividade para a atividade, com investimento em inteligência.

**FOLHA** - **Na sua opinião, houve assassinatos no Alemão?**  
**PIMENTEL** - É bem provável e razoável [supor] que possa ter havido algum tipo de execução. A OAB, que tradicionalmente tem compromisso com a legalidade, exonerou o presidente da comissão de Direitos Humanos [João Tancredo] que tentou investigar o caso.

**FOLHA** - **Os assassinatos fazem parte do modus operandi da polícia?**  
**PIMENTEL** - Boa parte das mortes "em confronto" com a polícia são execuções.

**FOLHA** - **Por que a tortura é usada?**  
**PIMENTEL** - Lamentavelmente, a tortura funciona, e o filme deixa isso bem claro. O PM chega ao assassino de um colega com muita rapidez. É eficiente, embora não seja ética nem legal.

**FOLHA** - **E como ocorre na PM?**  
**PIMENTEL** - No Bope nunca se pregou a tortura. Nunca um comandante reuniu a tropa e ensinou a torturar, oficialmente. Fiquei sete anos lá -entrei 2º tenente e saí capitão- e nunca vi pregação contra a tortura. Mas nunca vi um comandante dizer: "Não quero, não aceito e vou prender quem fizer".

**FOLHA** - **Em que situações a tortura acontece?**  
**PIMENTEL** - Tem uma situação típica da ação policial: o marginal é preso com uma pistola. O PM vai "trabalhar o marginal", esse é o termo, interrogar onde estão os comparsas, as armas, o pó. "Trabalhar" virou sinônimo de tortura. Acredito que o marginal não vá dar tudo isso de mão beijada, até porque terá de prestar contas por isso.<sup>8</sup>

### 3.4 Fascismo e direitos básicos

Logicamente o filme *Tropa de Elite* se inclui numa realidade muito mais ampla e não é o grande responsável por certos pensamentos autoritários de nosso povo. Apenas é interessante verificar como a produção deu voz e reiterou um pensamento já existente na cabeça do brasileiro. É considerando os fatos descritos por Rodrigo Pimentel que se pode estabelecer uma relação entre fascismo e algumas práticas e condutas de agentes da segurança pública fluminense. Se a conduta fascista é aquela que ignora os direitos básicos do indivíduo em suposto favor de uma maioria, e o direito básico de todo cidadão é a vida, sua integridade física, e o direito a um julgamento justo quando suspeito de ato que infrinja as normas pré-estabelecidas contratualmente da sociedade em que vive, então execução e

<sup>8</sup> Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, 22 de set. de 2007

tortura podem sem ser taxadas como atitudes fascistas. Assim como o apoio e incentivo à tais práticas.

É importante ressaltar que os conceitos de julgamento justo estão atrelados a esfera jurídica e não serão aprofundados nesta monografia. Porém, cabe ressaltar que “julgamento justo”, nesse caso, consiste na oportunidade de se ter uma defesa e um juiz legítimo e independente, não podendo assim o próprio agente de segurança fazer o papel do magistrado.

Certas condutas legais podem ou não serem aprovadas, porém não podem ser chamadas de fascistas, com o total risco de esvaziamento do termo, uma vez que o regime de exceção fascista não se mostra sequer digno de interpretação que possa justificar sua defesa.

Tomando como exemplo a realidade brasileira, a condenação em segunda instância pode ser algo elogiável ou abominável, assim como prisões preventivas, encarceramento em massa e envolvimento do juiz com o órgão acusatório, porém todas são dignas de interpretação, não cabendo o adjetivo fascista para aqueles que se mostrarem simplesmente mais favoráveis a certas condutas. Algo que trata de uma exclusão tão radical de direitos deve apenas se referir a uma prisão preventiva sem perspectiva de julgamento, julgamentos à revelia, condições desumanas nas celas (o que acontece na maior parte do sistema carcerário brasileiro) ou um “juiz” que não esteja habilitado oficialmente para exercer tal função.

Citando alguns exemplos: Alguns estados norte-americanos têm em suas leis a pena de morte. Em todos eles o acusado tem direito a ampla defesa antes de ser sentenciado com tal pena. Tais códigos penais podem ser taxados como bárbaros ou como necessários, mas não é cabível serem taxados de fascistas, principalmente se as leis infringidas pelo condenado tiverem resultado na morte de outro cidadão ou em violações básicas dos direitos humanos. Também pode ser digno de repúdio o encarceramento em massa, ainda mais baseado em prisões preventivas, porém tal mecanismo é utilizado em diversas democracias deste mundo como ato preventivo para a contenção de maiores danos causados por determinados indivíduos. Cabe sempre analisar caso a caso, e se constatada uma tendência que vise apenas excluir da sociedade um determinado grupo de indivíduos esta postura estatal pode sim ser chamada de fascista. O bom senso se faz sempre necessário para se determinar tais conceitos.

Tomando como exemplo o encarceramento do povo negro. Caso constatado um racismo institucional que favorece e principalmente tem como objetivo aprisionar pessoas de determinada etnia, tal característica parece ser facilmente enquadrada como fascista. Porém, cabe a investigação de que se por vivermos numa sociedade racista e desigual, certos crimes encontram mais autores negros como consequência de uma realidade injusta. Essa reflexão não visa de maneira alguma afirmar que não existe um racismo institucional no Brasil, apenas explicita que certos fenômenos sociológicos podem derivar de uma desigualdade profunda, mas não necessariamente de instituições fascistas. O debate é sempre importante. Assim como um juiz pode ser considerado ilegítimo por diversos motivos, mas os argumentos para a nulidade de um processo e suspeição de um juiz não se comparam aos “tribunais do crime”, onde nem sequer se tem um juiz ou qualquer método processual, embora ocorra o que pode se chamar de um julgamento. Também o número de instancias não pode ser alusivo a fascismo pois estas variam de país para país.

As explicações se fazem necessárias não para relativizar certas condutas abomináveis de nossas instituições ou para negar realidades escancaradas aos olhos de quem quiser enxerga-las, tal explanação visa apenas afirmar que é inconstitucional não é sinônimo de fascista, assim como, imoral e autoritário também não são. Por isso, no campo judicial, o fascismo sempre será, até certo ponto obviamente, interpretativo. Não se pode falar o mesmo de torturas e execuções.

Esta monografia tem como objetivo caracterizar o que seriam atitudes fascistas incontestáveis, focando naquelas que podem ser perpetradas por agentes de segurança pública. Tal propósito não visa excluir de julgamento diversas outras atividades ilegais e imorais, e sim estabelecer as condutas as quais deveriam ser abominadas por qualquer corrente ideológica. No campo da segurança pública, a execução e a tortura.

### **3.5 Sobre a tortura e a eficácia de métodos fascistas**

Recentemente, a prática da tortura passou a ser legitimada ou relativizada por certas autoridades. O presidente Jair Bolsonaro, por exemplo, se mostrou favorável a tal prática em uma entrevista no ano de 1998. Passadas duas décadas, seu discurso não é exatamente o mesmo, mas ainda se encontra a relativização de tal prática em algumas de suas entrevistas. Ao elogiar o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, reconhecido torturador da ditadura e segundo o então deputado o “terror da Dilma”, e em diversas entrevistas relativizar a tortura de acordo com quem seria o torturado, o presidente do Brasil dá um



péssimo exemplo. Não só isso, mas insere uma lógica perigosa no campo da segurança pública, lógica essa incompatível com regimes democráticos de direito, mas não necessariamente ineficazes, dependendo do objetivo almejado, e aí mora um dos perigos.

Como relatado por Rodrigo Pimentel em entrevista, a tortura infelizmente funciona, o que de forma alguma legitima essa conduta, até porque funciona para um objetivo e impossibilita diversos outros. Deve-se admitir que certos métodos fascistas de controle podem funcionar sim, o que não os torna aceitáveis. É comum no Brasil se combater certas práticas intoleráveis com argumentos estatísticos enquanto o primeiro argumento deveria ser moral e constitucional.

Quanto a eficácia de certos métodos hediondos para a manutenção da ordem, pode-se tomar como exemplo as áreas comandadas por milícias no Rio de Janeiro. As pesquisas e levantamentos tendem a ignorar certos dados e principalmente determinadas percepções da população, mas a verdade é que diversos moradores de áreas dominadas por milícias se sentem mais seguros do que outros que vivem fora da área de seu controle. Isso não quer dizer que tais cidadãos são simpáticos a elas ou que também não correm riscos de serem vítimas dos grupos mafiosos, mas diante de possibilidades como assassinato e roubo, pagar determinadas taxas e aderir certos códigos de conduta não parece ser a pior opção. E isso se dá por um motivo, em certa perspectiva, medidas autoritárias podem sim ter efetividade dependendo do objetivo que se deseja alcançar. Este é o fantasma que os sociólogos vêm se recusando a enfrentar. É claro que em última instância tais modelos ditatoriais se mostram um desastre e são moralmente inaceitáveis. Isso não quer dizer que não consigam se impor. A recusa a tais sistemas deve ser antes de tudo da ordem moral e do entendimento de que a violência não é só física. Privação de liberdade de expressão e manifestação também são formas de se violentar os indivíduos. Somado a isso, a barbárie uma hora outra pode acabar se voltando para aqueles que a defendem. Infelizmente, essa percepção não é uma unanimidade, e existem motivos para isso.

Se tratando do Rio, Moradores de Campo Grande, Santa Cruz, Jacarepaguá, certas áreas da baixada fluminense e diversos outros locais dominados por milícias não tem problema em responder, quando perguntados, que se sentem mais seguros em suas áreas do que em diversos outros lugares do Rio de Janeiro. Assim como em favelas dominadas pelo tráfico, moradores não tem medo de assaltos nas vielas ou em residências, seus temores são outros. Já em Copacabana, quantos moradores da Avenida Atlântica se sentem à vontade

para exibirem seus relógios ou celulares ao dar uma volta pela própria rua em uma madrugada?

Muitas vezes é nos locais onde mais se cometem crimes e violações de direitos que as pessoas se sentem mais seguras. Existem garotos pobres, problemáticos e vítimas de um sistema injusto em toda zona oeste da cidade, porém, o domínio territorial da milícia, somado a perspectiva da punição com a morte faz com que estes pratiquem seus crimes em outros locais, ou desistam de tais atos.

Isso não quer dizer que a possibilidade de morte seja efeito dissuasivo determinante para a prática de crimes, qualquer soldado do tráfico sabe que pode ser morto por policiais ou rivais a qualquer instante, mas o domínio de uma facção em determinado território pode sim controlar certos tipos de ilegalidades, enquanto fomenta diversos outros.

É notório que as práticas das facções criminosas no Rio de Janeiro impõem nas áreas em que atuam um despotismo completo, onde não há direitos garantidos e a submissão é a única forma de se manter vivo. É claro que esse modelo não deve ser tolerado muito menos copiado por qualquer política de segurança pública, apenas se faz necessária a reflexão de que certas medidas, por mais que sejam inaceitáveis, podem sim alcançar certos objetivos. A tortura, como disse o ex capitão do BOPE, é uma delas.

Os argumentos morais contra a tortura são mais que óbvios, devem ser os protagonistas em qualquer debate e bastam por si só, mas cabem algumas análises práticas. Boa parte das sociedades mais seguras do mundo não permitem tortura e não tem em suas polícias esse modo de ação. Institutos como o da delação premiada se mostram dignos e eficazes quando se visa obter certas informações.

O presidente Jair Bolsonaro tem como principal argumento de relativização da tortura o caso hipotético de um sequestrador de alguma quadrilha ser capturado enquanto os demais comparsas mantem sua vítima em cativeiro. A tortura então seria empregada para se descobrir o endereço onde o sequestrado está. Este dilema moral existe, mas não condiz com a atual realidade brasileira e é desonesto ao tentar impor uma exceção como regra. Os sequestros no Brasil, mesmo durante sua “epidemia”, nunca foram tão numerosos quanto outros crimes. Segundo dados do ministério da justiça, no ano 2.000, por exemplo, a taxa foi de 0,14 sequestrados por 100 mil habitantes (, o que vale dizer que uma pessoa em 1 milhão era sequestrada). Além disso, não parece ser alta a ocorrência de alguns membros das quadrilhas capturados enquanto outros permanecem com o sequestrado.

No Rio de Janeiro, um dos responsáveis pela diminuição no número de sequestros foi o ex delegado e ex chefe da polícia civil Hélio Luz. Com uma visão realista dos fatos, ao assumir delegacia anti-sequestro, o policial deu a famosa declaração: “ A partir de agora a polícia não sequestra mais. ” Hélio se referia a prática criminosa de certos policiais em não resolver os sequestros para depois roubar o dinheiro do resgate dos sequestradores. Com uma maior fiscalização das práticas policiais e sem usar nenhum tipo de tortura como método, em 2 anos o número de sequestros no rio de janeiro caiu quase 50%. (CALDEIRA, 1997)

Por esses e outros motivos a relativização da tortura feita pelo presidente, além de imoral, é desprovida de sentido prático.

Além dos hipotéticos casos de captura de sequestradores, Bolsonaro costuma relativizar a tortura durante a ditadura militar, tendo dito e reiterado, por exemplo, que tinha pena da cobra com quem Mirian Leitão, grávida, tinha sido trancafiada<sup>9</sup> durante dias como método para obtenção de informações e é claro, puro sadismo também. A ex presidente Dilma Russef também teve sua tortura justificada por ele, em ambos os casos elas seriam integrantes de grupos guerrilheiros e por isso foram vítimas dos horrores da ditadura.

Correndo o risco de ser machista, não me parece que as duas garotinhas levavam sérios riscos ao regime brasileiro, que se tinha elas como maior inimigo, poderia estar vigente até hoje. Então as barbaridades cometidas contra Mirian e Dilma tiveram características de mero sadismo como também visavam obter informações sobre indivíduos mais perigosos e que eram de seu convívio. A questão é que qualquer facção criminosa hoje no Brasil tem mais homens, armas, e dinheiro do que qualquer grupo terrorista da época do regime militar. E a maioria delas, como PCC e o Comando Vermelho, vitimaram mais agentes de segurança do que todos os grupos terroristas da história da ditadura juntos. Aqui não cabe o debate se eram terroristas ou legítimos, o foco é outro.

Segundo reportagem da Folha de São Paulo de 11 de dezembro de 2014<sup>10</sup>, os clubes Naval, Militar e da Aeronáutica divulgaram uma lista de 126 pessoas que teriam sido assassinadas pela militância de esquerda, incluindo militares e civis, isso no Brasil ao

---

<sup>9</sup> Disponível em : <https://www.buzzfeed.com/br/alexandrearagao/ha-3-anos-bolsonaro-zombou-da-tortura-sofrida-por-miriam>. Acesso em : Jun. de 2019

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1561302-clubes-militares-listam-os-mortos-pela-esquerda.shtml> Acesso em: JUn. de 2019

longo de 21 anos. Só no Rio de Janeiro, em 2017, 134 policiais foram mortos, em sua maior parte, por membros de facções criminosas. Os números dos militantes e guerrilheiros vítimas do regime também não se comparam aos atuais níveis de letalidade da polícia militar. Segundo a Comissão da Verdade, 434 pessoas foram mortas ou desapareceram em todo o país durante o período de 21 anos dos militares no poder. 434 também foi o número de mortes decorrentes de ação policial segundo o ISP (instituto de segurança pública), só que esses números se referem apenas ao Rio de Janeiro, no primeiro trimestre de 2019.

<sup>11</sup>Logicamente as polícias não mataram só militantes de esquerda durante a ditadura, mas os números de hoje em dia são nitidamente muito maiores.

Embora existam diversas teorias de apoios internacionais tanto para o exército quanto para as guerrilhas, parece nítido que a soberania nacional nunca esteve tão ameaçada, e se práticas de exceção como a tortura já foram legitimadas por muito menos, o que pode se esperar de agora?

No Rio de Janeiro, e provavelmente na maior parte do Brasil, todo garoto que vende drogas em uma comunidade pertence a uma facção criminosa. Por mais baixa que seja sua função, por menor e mais novo que seja, qualquer um dos “fogueteiros” do tráfico (meninos encarregados de estourar fogos de artifício para alertar os traficantes sobre a movimentação da polícia) conhece e tem informações privilegiadas sobre algum gerente do tráfico, que por sua vez conhece os chefes que conhecem outros chefes. Na prática, qualquer um, por menor que seja seu delito, pode vir a ser brutalmente torturado para fornecer informações sobre alvos maiores. Como em toda atitude fascista, os fins justificam os meios, e para a segurança da sociedade e do grupo, garantias fundamentais serão violadas. Qualquer um que legitima a tortura, legitima também essa situação, intolerável para os que pretendem viver em uma sociedade minimamente digna. E se como diz o capitão Nascimento: “Quem corrompe pro batalhão também corrompe em benefício próprio”, quem tortura para conseguir o paradeiro de um bandido também pode torturar apenas por punição ou para obter informações que só interessam ao torturador.

### **3.6. Sobre execuções e extorsões**

Assim como a tortura, o primeiro argumento contra qualquer execução deve ser o moral. Se a pena de morte já é digna de várias críticas, execuções sumárias sem sequer um

---

<sup>11</sup> Disponível em: <http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/>. Acesso em: Jun. de 2019

juízo são um dos últimos estágios da barbárie. Legitimar tais condutas e achar que na nossa sociedade tal prática se faz necessária é ir contra toda a moral e ética construídas ao longo de milênios e admitir o fracasso de todas as instituições democráticas, o que descambaria logicamente para outro tipo de estado, provavelmente um estado fascista.

Indo para um lado mais prático, que também vale ser ressaltado, sempre depois do lado moral. O professor Luiz Eduardo Soares, coautor de *Elite da Tropa*, ex secretário nacional de segurança, e um dos grandes especialistas em segurança pública no Brasil, tratou sobre isso no texto “Antídoto ao discurso fascista sobre segurança pública.”

Este artigo foi escrito como uma contribuição aos parceiros que, enfrentando a resistência proto-fascista, mantém erguida a bandeira dos direitos humanos. Minha intenção foi oferecer argumentos persuasivos mesmo àqueles que não se importam com valores e apenas cobram resultados. Procurei demonstrar que, mesmo do ponto de vista exclusivamente pragmático, o descumprimento dos direitos humanos por parte das polícias leva à sua degradação e consequente enfraquecimento, e conduz ao fortalecimento do crime.(...)

Vou explicar.

“Não me custa nada te matar, aqui mesmo, agora. Basta apertar o gatilho. Quanto é que você me dá por sua vida?”

Quem pode matar, sem custo, pode não matar, com lucro, certo?(...)

É hora de dar nomes aos personagens: de um lado está o policial, autorizado a matar, segundo seu arbítrio; de outro lado, está o suspeito – suspeito, por exemplo, de ser um “traficante”. (...)

Não há mistério. O raciocínio me parece lógico e límpido. Entretanto, continua sendo difícil convencer a “opinião pública” de que –ainda que suspendamos, para efeito de raciocínio, as considerações éticas e morais– não é benéfico para a segurança pública liberar o policial na ponta para matar, sem que isso lhe custe nada – e a seus superiores, inclusive governantes -, em sua carreira ou em sua vida.<sup>12</sup>

No artigo, Luiz Eduardo deixa claro que quem preza pela legalidade nunca pode optar pela ilegalidade para alcançar seus objetivos. Uma polícia que tem licença para matar também se sente no direito de negociar a vida e cobrar para não matar. Na prática, o que acontece com uma polícia com o poder de executar ou não é o descontrole total e incentivo

---

<sup>12</sup> SOARES. **Antídoto ao Discurso Fascista sobre Segurança Pública**. Justificando, 30 de jan. de 2017. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/01/30/antidoto-ao-discurso-fascista-sobre-seguranca-publica-2/> Acesso em : Jun. de 2019

a corrupção, mas não acaba por aí. O artigo continua e relata como um policial sem limites pode buscar novos faturamentos.

A história da corrupção policial no Rio de Janeiro é um exemplo didático. A liberação da brutalidade letal perpetrada por policiais, isto é, das execuções extra-judiciais, foi mais comum do que o veto a essa prática. (...)

A economia da corrupção segue suas leis, obedece à sua própria racionalidade. Foi o que ocorreu: primeiro, a vida era barganhada no varejo, nos encontros fortuitos entre policiais corruptos e suspeitos. Mas o processo organizou esse mercado da morte, em busca de crescente rentabilidade. Esses segmentos policiais passaram a sequestrar os suspeitos e conduzi-los para casas, especialmente alugadas com esta finalidade, onde se davam as negociações, envolvendo comparsas e familiares das vítimas.

No Rio de Janeiro, o processo sofreu uma bifurcação: além dos acordos entre segmentos policiais corruptos e criminosos não-policiais, formaram-se milícias, das quais participavam e participam policiais e ex-policiais. Os dois caminhos, algumas vezes, convivem sem maiores contradições. Pelo contrário, complementam-se. Contudo, como o controle territorial e o despotismo exercido sobre comunidades, por parte de milicianos, é, em geral, mais lucrativo do que a mera sociedade com o tráfico, a tendência predominante tem sido a substituição de um “modelo de negócios” por outro. .<sup>13</sup>

Como muito bem abordado pelo professor, é ingênuo achar que ilegalidades não gerarão outras ilegalidades. Na prática, torturas e execuções podem servir para incutir medo nos indivíduos, mas só aumentam o banditismo de uma forma geral. Os policiais corruptos notaram que se o estado lhes permitia fazer o que quisessem em certas localidades eles poderiam ser o próprio estado em determinadas áreas. Começou assim o domínio territorial e o surgimento das milícias. Quem é incentivado a violar a lei supostamente em favor da sociedade também vai querer transgredir certas regras em benefício próprio.

---

<sup>13</sup> SOARES. **Antídoto ao Discurso Fascista sobre Segurança Pública**. Justificando, 30 de jan. de 2017. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/01/30/antidoto-ao-discurso-fascista-sobre-seguranca-publica-2/>. Acesso em : Jun. de 2019

#### **4. Breve história da segurança pública e alguns casos concretos**

Tratar da segurança pública do Rio de Janeiro não é uma tarefa fácil, não existem unanimidades nem receitas de bolo. Por mais que o saber policial aponte para uma vertente, e o discurso da maioria dos estudiosos da situação aponte para outra, a verdade é que diferentes abordagens já foram testadas, e a maioria falhou.

##### **4.1. Tentativas fracassadas**

Considerando a partir do período da redemocratização, diversos governantes tentaram resolver a insegurança que acomete o povo fluminense. Em seu primeiro mandato, de 1983 até 1986, Leonel Brizola proibiu a polícia de fazer incursões nas favelas cariocas sem o consentimento do governador. Com o argumento de que tais operações causavam mais danos aos moradores do que aos traficantes, o então governador adotou uma política de segurança menos repressiva e focada na redução da desigualdade (SOUZA SILVA, 2009).

Não deu certo, não no curto prazo de quatro anos. Moreira Franco, prometendo uma política completamente diferente, foi eleito dizendo que acabaria com a violência em 6 meses. Também não conseguiu e um ano após o fim de seu mandato, novamente com um governo de Leonel Brizola, o estado do Rio de Janeiro começou a medir o número homicídios. Naquele ano de 1991 a taxa foi de 60,3 homicídios por 100 mil habitantes. Ao final do governo, já com Nilo Batista no comando pois Brizola renunciara para concorrer à presidência, o estado registrou o maior número da série histórica, com 64,8 homicídios por 100 mil habitantes (SOUZA SILVA, 2009). O pedetista, devido a sua política de não enfrentamento, é acusado até hoje de ter sido um dos responsáveis pelo fortalecimento das facções criminosas no estado.

Em 1995, Marcelo Alencar assumiria com uma política de segurança baseada no enfrentamento, embora seu chefe de polícia civil, Hélio Luz (que assim como Rodrigo Pimentel também ficou conhecido por ser entrevistado em “Notícias de uma Guerra Particular) tivesse uma visão bem diferente das causas da insegurança no estado. Com o que ficou conhecido como “Gratificação Faroeste”, o governo do estado premiava financeiramente policiais que fossem reconhecidos por seus atos de bravura.

Três dos seis policiais militares flagrados em filmagem espancando favelados de Cidade de Deus (zona oeste do Rio) receberam do governo estadual, em 1996, o aumento salarial conhecido no Rio como gratificação "faroeste".

Oficialmente, a gratificação "faroeste" é dada a PMs que tenham praticado atos considerados de bravura. Na maioria das vezes, o policial premiado participou de ações que resultaram na morte de supostos criminosos.

Os seis PMs estão presos desde anteontem, entre eles o major Álvaro Rodrigues Garcia, chefe da ação na favela, e os cabos Geraldo Antonio Pereira e Sérgio Ricardo Paiva, que foram premiados com a gratificação "faroeste", que aumenta os salários até 150%. Segundo o comandante do 18º BPM, tenente-coronel Maurício Ghedini, a premiação se deveu "ao conjunto de bons serviços prestados à sociedade e à corporação".

Em reunião ontem à tarde no 18º BPM (Batalhão de Polícia Militar), o governador Marcello Alencar (PSDB) disse ao secretário estadual da Segurança Pública, general da reserva Nilton Cerqueira, e ao comandante da PM, coronel Dorasil Corval, que quer os agressores expulsos do funcionalismo público estadual.<sup>14</sup>

As taxas de homicídios apresentaram queda e Marcelo Alencar deixou o governo com 45,4 homicídios por 100 mil habitantes. Embora represente uma melhora, é importante ressaltar que mortes decorrentes de intervenções por agentes do estado só começaram a ser contabilizadas em 1998, e ao que parece eram subnotificadas nos primeiros anos da contagem. Com isso, caso a polícia tenha matado mais durante o governo Marcelo Alencar, esses números não foram para as taxas de homicídios gerais, que são chamadas de 'letalidade violenta'. O fato é que houve sim uma diminuição, mas as facções criminosas não se enfraqueceram e o estado continuou a ter índices muito distantes do ideal. (SOUZA SILVA, 2009)

Anthony Garotinho, Benedita da Silva e Rosinha Garotinho, de 1999 a 2006, não apresentaram grandes mudanças e pode-se dizer que continuaram com uma política de enfrentamento armado entre polícia e narcotraficantes. No início do governo, o ex prefeito de Campos chegou a nomear especialistas como Luiz Eduardo Soares para exercer funções na secretaria de segurança, mas a empreitada durou pouco tempo e a velha política repressiva voltou a ser o Modus operandi. Os índices de homicídios voltaram a subir e as facções só ampliaram o seu poder. As milícias também começaram a surgir e expandir seu domínio territorial. (SOUZA SILVA, 2009)

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/4/09/cotidiano/26.html>. Acesso em: Jun. de 2019



Em 2008, Sérgio Cabral Filho e seu secretário de segurança José Mariano Beltrame foram responsáveis por aquele que prometia ser um projeto pioneiro no campo da segurança pública. A UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) apresentava uma nova proposta para se lidar com as favelas e seus moradores. O plano estabelecia bases da polícia militar nas comunidades contempladas e em seguida pretendia que outros serviços, como saneamento básico, saúde e educação também passassem a ser fornecidos. Formada em boa parte por novos policiais, a tropa das UPPS deveria oferecer um policiamento integrado com a comunidade. A ocupação, que visava coibir o tráfico armado, foi um sucesso nos primeiros anos e embora tenha sido feita apenas em favelas da capital refletiu em todo o estado. As primeiras UPPS foram implantadas nos anos de 2008 e 2009 e em 2010 os índices de homicídios gerais e mortes decorrentes de ação policial tiveram uma queda significativa em todo estado. Em 2012, a capital chegou a registrar uma queda de 50% na letalidade violenta, se comparada com o ano de 2009. Porém, o projeto não se mostrou sustentável. Corrupção policial, foco nas áreas turísticas e não nas estratégicas e a crise do estado são alguns dos fatores apontados como razão para a derrocada do programa de pacificação. Embora seja difícil a obtenção de dados oficiais, os tiroteios se tornaram uma constante e talvez tenham atingido um volume nunca antes visto. Cabe ressaltar que na capital, mesmo no ano de 2017, o mais violento da última década no estado, o número percentual de homicídios dolosos permaneceu 30% abaixo do registrado em 2009.<sup>15</sup>

Em 2018, com a crise na segurança pública e o completo descrédito do governo do estado, o governador Luiz Fernando Pezão solicitou uma intervenção federal. A operação ficou a cargo do comandante militar do Leste, general Braga Neto, que nomeou o general Richard Nunes como secretário de segurança. A intervenção, que durou de fevereiro a dezembro de 2018 conseguiu reduzir alguns números, como o roubo de cargas, mas se mostrou pouco efetiva na redução dos homicídios. Os números de letalidade violenta se mantiveram próximos, devido ao crescimento das mortes em decorrência de intervenção policial. Considerando os homicídios dolosos, que não levam em conta as ações dos agentes de segurança, a empreitada militar conseguiu uma leve melhora, com os índices voltando a patamares parecidos com os de 2016. Cabe ressaltar que a queda seguiu uma tendência nacional.

---

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br/>. Acesso em: Jun. de 2019

**Gráfico 1: Série histórica de letalidade violenta**



Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP)

Esse brevíssimo apanhado das políticas de Segurança Pública praticadas no Rio de Janeiro desde o período da redemocratização visa apenas mostrar que diferentes abordagens já foram testadas e que apontar fórmulas concretas é uma ingenuidade. O manifesto contra o fascismo deve ser antes de tudo moral, a vida e a integridade física não devem ser garantidas apenas quando úteis para a população, devem ser direitos fundamentais de qualquer sociedade.

#### **4.2 Sadismo: A polícia também é um reflexo da população**

Dois casos noticiados chamam bastante atenção no que diz respeito a tortura e execução, o que não quer dizer que sejam os únicos. Vários acontecimentos na história do Rio de Janeiro poderiam ser objeto de reflexão para estudo. As chacinas de Vigário Geral e da Candelária, o assassinato de Sandro Barbosa do Nascimento (sequestrador do ônibus 174) dentro de um camburão da polícia, a ocupação do complexo da penha pelas forças de segurança e diversos outros. Os casos que serão trabalhados foram escolhidos pois demonstram permitem que se avalie não só a polícia, mas também parcelas da população, suas atitudes e discursos.

Em 3 de fevereiro de 2014, um adolescente foi espancado e preso com uma tranca de bicicleta em um poste no Flamengo. O menor de idade, que foi despedido por quem o trancou, era negro, estaria assaltando na região e foi vítima de uma ronda “preventiva” organizada por alguns jovens do bairro. O fato aconteceu na rua que leva o nome do abolicionista e militante das garantias individuais, Rui Barbosa<sup>16</sup>. Se o senador o qual o nome da rua homenageia achou uma afronta às liberdades pessoais o prefeito Pereira Passos querer a vacinação obrigatória, o que diria de um jovem acorrentado e sem as roupas do corpo em pleno século XXI?

Na população carioca muitos criticaram o bizarro episódio, mas houve também quem o justificasse, usando como argumento o cansaço dos moradores com os recorrentes assaltos.

O caso deixa muito claro que a polícia não é uma parte isolada da sociedade e muitas vezes é apenas reflexo da mesma. Como diz o coronel Nascimento em *Tropa de Elie 2- o inimigo agora é outro*, “ O policial não puxa o gatilho sozinho. ”

Por mais que existam situações muito piores, o fato ocorrido pode muito bem ser definido como tortura. O jovem foi submetido a uma situação vexatória e por puro sadismo. Interessante pensar no que se passou na mente dos agressores. Provavelmente justificaram para si mesmos e para os outros que seria um ladrão, um marginal. Com ele, suas taras e perversidades poderiam ser extravasadas, afinal, se tratava de um problema para sociedade, alguém que não é digno de empatia. Será que a situação humilhante a que o jovem foi submetido seria apenas uma maneira de fazer com que ele sumisse do local ou tal humilhação teria trazido certo regozijo aos seus perpetradores? Por que tirar suas roupas? Ao refletirmos sobre a situação se faz notória a fala de Adorno de que as relações entre os membros do grupo fascista teriam um caráter libidinal que permitiria a coesão entre os membros. (ADORNO, 1951)

Diriam os psicanalistas que toda violência tem de certa forma um caráter sexual, a violência fascista com certeza não é diferente. É claro que todas as barbaridades cometidas ao longo dos anos por indivíduos que se deixaram seduzir por ideologias fascistas não seria m algo pragmático, visando apenas um objetivo político ou cultural. Na tortura e na execução se pode encontrar diversos tipos de taras sádicas, que muito mais do que a punição em si, visam também a satisfação de certos desejos ocultos dos agressores. Ao

---

<sup>16</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/adolescente-e-espancado-e-preso-nu-poste-no-flamengo-no-rio.html> Acesso em: Jun. de 2019

fazer isso com pessoas que foram “desumanizadas”, o torturador ou executor não se enxerga como um canalha ou um indivíduo doentio, é apenas um justiceiro, que tem direito de devolver um pouco do mal que a vítima supostamente fez com ele.

Para alguns indivíduos cabe o questionamento se estes realmente acreditam em certas linhas de pensamento discriminatórias ou se essa seria apenas uma maneira de desumanizar pessoas que servirão de objeto para seus sadismos. Tal reflexão se mostra válida que diz respeito a adesão de boa parte das lógicas preconceituosas, como o machismo e o racismo.

#### 4.3 Apoio às execuções

Se tratando de execuções, um caso emblemático foi amplamente noticiado no dia 30 de março de 2017, o ocorrido chama atenção não só pelo fato em si mas também por seus desdobramentos. Em matéria do Jornal Nacional, da TV Globo, e replicada pelo site G1, um vídeo de autor desconhecido mostra dois policiais militares executando dois suspeitos caídos no chão após um tiroteio<sup>17</sup>. É possível ver que um deles tinha perto do corpo um fuzil, e ainda estava vivo. No registro amador, é claramente perceptível que os dois foram executados, e que no exato momento não aparentavam levar grande perigo aos policiais. O procedimento seria socorrê-los, uma vez que os militares não estavam mais agindo em legítima defesa. O caso é chocante, e seus desdobramentos também.

Existem boatos de que um dos executados não era ligado ao tráfico, mas é bom deixar claro que, caso o que portava o fuzil tivesse a chance, provavelmente teria feito o mesmo com os dois policiais. Isso dito, como os portadores da farda são representantes do estado e não membros de uma gangue, é inadmissível que alguém em serviço da sociedade execute um cidadão caído e ferido, mesmo que a vítima tenha atentado contra vida dos agentes de segurança. A partir do momento que o ato não é mais de legítima defesa o policial não tem poder de vida ou morte sobre ninguém.

Durante o tiroteio, infelizmente a adolescente Maria Eduarda, de 13 anos, foi atingida por uma bala perdida dentro da escola em que estudava e acabou falecendo. A investigação policial concluiu que os tiros que mataram a menina foram disparados da arma do cabo da PM Fábio de Barrosa Dias, que foi indiciado por homicídio com dolo eventual, mas sem intenção. Logo após as execuções, o cabo e o sargento envolvidos nas

---

<sup>17</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/video-mostra-pms-atirando-em-dois-homens-na-zona-norte-do-rio.ghtml>. Acesso em: Jun. de 2019

execuções e na morte de Maria Eduarda foram detidos, mas não por muito tempo. Em menos de um mês, o juiz Alexandre Abrahão Dias Teixeira ordenou que os dois policiais respondessem em liberdade e uma de suas justificativas foi ter “ouvido a voz das ruas”. Em poucos dias um abaixo assinado reuniu mais 100 mil assinaturas pela soltura dos policiais que eram taxados como heróis. Para estas pessoas, a morte de uma inocente e duas execuções não parecem afetar o suposto heroísmo dos policiais. E tão grave quanto tais elogios é a lógica do juiz que se deixa guiar por desejos vingativos de parcelas da população e que vão contra os preceitos democráticos pré estabelecidos. É claro que quem faz isso para soltar alguém, também faz para prender, e sim, isso é fascismo. Ouvir grupos específicos que justificam os meios pelo fim e ir contra as leis ou se deixar influenciar por eles trocando o código penal por desejos nebulosos é um traço claro de atitude fascista, e que pode corromper todo um sistema.

O batalhão onde os agentes de segurança eram lotados, de número 41, é conhecido por seus altos níveis de letalidade. Um dos motivos é estar inserido em uma das áreas de maior banditismo da cidade, isso é inegável. A área sob sua responsabilidade possui alguns dos traficantes mais perigosos do Rio de Janeiro. Se soma a ela a análise de Pedro Paulo Bicalho, professor de criminologia da UFRJ, em matéria da ISTO É, de 2015.

Especialistas explicam que o Batalhão da Morte carrega a cultura da “gratificação faroeste”, criada em 1995 pelo general Nilton Cerqueira, então secretário de segurança do Rio para premiar policias que reagiam à bala, e oficialmente extinta em 2000. Professor de criminologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Pedro Paulo Bicalho explica que a área ocupada pelo grupamento é a mesma onde ficava o batalhão campeão da gratificação por extermínio – o 41º foi criado em 2010. “O que se conclui de massacres como o daqueles jovens é que essa cultura plantada há décadas permanece viva”, afirma.<sup>18</sup>

“Aqueles jovens”, que Paulo se refere, são os cinco garotos fuzilados por membros do batalhão quando voltavam da comemoração pela conquista do primeiro emprego de um deles. O carro em que estavam foi alvo de 111 tiros e todos eles, que estavam desarmados, faleceram. Segundo a matéria o batalhão também tem números significativos quanto a apreensão de fuzis, o que mostra uma boa atuação dos policiais nesse sentido, e leva a crer que os agentes de segurança devem atuar sob forte tensão naquela área. Compreender que

---

<sup>18</sup>Disponível em : [https://istoe.com.br/442171\\_BATALHAO+DA+MORTE/](https://istoe.com.br/442171_BATALHAO+DA+MORTE/). Acesso em: Jul. de 2019

o policial atua sob forte estresse é uma coisa, legitimar execuções é outra muito diferente. A sociedade deve se preocupar com a vida dos membros do estado que a protegem, o que não pode é usar esses membros pra fazer o serviço sujo desejado por parcelas de seus cidadãos. O apoio aos policias que executaram e mataram, mesmo que sem querer, uma inocente, só legitima ainda mais a barbárie que já vinha sendo praticada. Incentivar membros do estado a cometer ilegalidades é corroborar com a punição de diversos inocentes que serão vítimas da falta de limites daqueles que deveriam garantir a lei e a ordem. Outro fator importante é o legado que certas políticas deixam para a população. A premiação por mortes, praticada durante o governo Marcelo Alencar, pode ou não ter sido responsável pela diminuição do número de assassinatos durante um período. O fato é que os números voltaram a aumentar, e as heranças dessa política autoritária podem ser sentidas até hoje. Quando o estado viola as leis, uma hora a coisa desanda.

Nesses tempos de esquizofrenia política, é comum ver pessoas defendendo menos poder ao estado, mas apoiando que agentes do estado tenham poder de vida ou morte sobre os cidadãos. É sempre importante lembrar uma das grandes premissas do direito brasileiro, de que é preferível inocentar um culpado do que punir um inocente. Um estado que inocenta culpados pode ser taxado de ineficaz, mas um estado que pune inocentes e viola as leis que deveria proteger é um estado ilegítimo, e fascista. Os fins nunca justificam os meios, tortura e execução são intoleráveis. Precisamos urgentemente ter isso como um valor comum de nossa sociedade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já foi dito antes, é preciso ser tolerante para definir o intolerável. Quando se trata de fascismo, nenhuma das práticas relacionadas a tal ideologia pode ser incentivada ou permitida, por isso mesmo temos que ter cuidado com o termo. Existem diversas interpretações sobre a nossa realidade e que medidas devem ser tomadas para que os cidadãos do Rio de Janeiro possam ter mais segurança. Atualmente, em tempos de polarização política, o diálogo honesto se faz necessário, assim como definir as medidas que independentemente de outros fatores não serão toleradas pois não refletem nossos valores.

Caso não tenha ficado claro, as críticas quanto a determinados comportamentos de agentes de segurança não se estendem a todos os profissionais e nem visam diminuir a importância que a polícia tem em nossa sociedade. Por mais que certos policiais apresentem desvios de conduta é muito melhor estar sob a proteção policial do que estar sujeito as leis fascistas de qualquer facção criminosa. Em territórios dominados pelo tráfico ou pela milícia não existe liberdade de imprensa nem garantia dos direitos fundamentais, se as atitudes de alguns policiais levam ao debate sobre fascismo as regras das facções criminosas não precisam ser muito analisadas, são nitidamente autoritárias. As considerações feitas visam estabelecer reflexões importantes para quem eventualmente possa vir a ler o trabalho. Por mais que existam áreas no Rio de Janeiro onde os cidadãos tenham medo até de sair de casa a solução não precisa nem deve ser a prática da barbárie. Nossa sociedade é melhor que isso, nós somos melhores do que isso.

Que um dia a lógica das torturas e execuções fique para trás e que possamos debater assuntos que merecem nossa atenção como medidas de ressocialização, penas, relação da polícia com a comunidade e outras tantas. Uma sociedade que realmente se guie pelos valores cristãos não cultiva o fascismo, um futuro melhor é possível.

## 6.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTIFF, M. **Avant-garde fascism: the mobilization of myth, art, and culture in France, 1909–1939**. Durham: Duke University Press, 2007.

BENJAMIN, C. **Hélio Luz – Um xerife de esquerda**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1998.

BLINKHORN, M. **Mussolini and Fascist Italy**. Nova York: Routledge, 2003

CARROLL, D. **French Literary Fascism: Nationalism, Anti-Semitism, and the Ideology of Culture**. Princeton: Princeton University Press, 1998.

ECO, U. **Cinco Escritos Morais**. Record, 1998.,

GENTILE, E. **The Struggle for Modernity: Nationalism, Futurism, and Fascism**. Westport, Connecticut: Praeger Publishers, 2003

GIGLIOLA G. **Italian Fascism and the Female Body: Submissive Women and Strong Mothers**. Oxfordshire, Inglaterra; Nova York: Routledge, 2004.

JOHNSTON, P. **The Rule of Law: Symbols of Power**. Oklahoma: Wesleyan University, 2013

O'BRIEN, P. **Mussolini in the First World War: The Journalist, The Soldier, The Fascist**. Oxford: Berg, 2004.

PAYNE, S. **A history of fascism, 1914–1945**. Oxon, Inglaterra: Routledge, 1995.

SOARES, L; PIMENTEL, R. BATISTA, A. **Elite da Tropa**. Rio de Janeiro. Companhia das Letras, 2006.

SOUZA SILVA, E. **O Contexto das Práticas Policiais nas Favelas da Maré: A busca de novos caminhos a partir de seus protagonistas**. Puc-Rio, 2009.

STERNHELL, Z; SNAJDER, M; ASHÉRI, M. **The Birth of Fascist Ideology: From Cultural Rebellion to Political Revolution**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

### Textos Online

ADORNO, T. **A Teoria Freudiana e o Modelo fascista de Propaganda**. Psychoanalysis and the Social Sciences, 1951. Traduzido por Francisco Rudiger. Disponível em:  
Acessado em: Jun. de 2019

SOARES, L. **Antídoto ao Discurso Fascista sobre Segurança Pública**. Justificando, 2017.  
Disponível em : <http://www.justificando.com/2017/01/30/antidoto-ao-discurso-fascista-sobre-seguranca-publica-2/>  
Acesso em: Jun. de 2019

SALLES, M. **Porque Tropa de Elite é Fascista**. A Nova Democracia, 2007.  
Disponível em <https://anovademocracia.com.br/no-38/67-porque-tropa-de-elite-e-fascista>  
Acesso em: jun. de 2019



**Filmes**

**TROPA de Elite.** Direção: José Padilha, Produção: Zazen produções. Rio de Janeiro. Universal Pictures do Brasil, 2007.

**NOTÍCIAS** de uma guerra particular. Direção: João Moreira Sales, Kátia Lund. Produção: Raquel Freire Zangrandi. Rio de Janeiro. Miramax Filmes. 1999.